

## Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a Fornecedores e atrasos nos pagamentos (“*arrears*”)

- A evolução do PMP<sub>1</sub> a fornecedores da MARL, S.A., foi a seguinte:

PMP	2016	2015	Var. 2016/2015	
			Valor	%
Prazo (dias)	38	44	-6	-14%

O indicador do (PMP)<sub>2</sub> é de 38 dias, que compara com 44 dias em 31 de dezembro de 2015, consubstanciando uma redução de 6 dias (-14%).

De salientar que algumas das prestações de serviços de peso mais relevante na estrutura de gastos da empresa, são negociados com um prazo de pagamento de 60 dias (da data de emissão da fatura).

Foram incluídos no cálculo deste indicador apenas os saldos de curto prazo, ou seja, os saldos que decorrem da atividade e investimentos correntes.

- Divulgação dos atrasos nos pagamentos (“*arrears*”)**

No que respeita à divulgação de informação dos atrasos de pagamento definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, a MARL, S.A. apresenta à data de 31/12/2016, os seguintes atrasos nos pagamentos:

Un: Euros

Dívidas vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de bens e Serviços	579.229	1.906	341	0	370
Aquisições de Capital	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>579.229</b>	<b>1.906</b>	<b>341</b>	<b>0</b>	<b>370</b>

O «atraso no pagamento» corresponde ao não pagamento de fatura relativa ao fornecimento dos bens e serviços após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

As dívidas a fornecedores foram calculadas de acordo com o mesmo do critério do prazo médio de pagamentos apresentado no ponto anterior.

O valor evidenciado com antiguidade superior a 90 dias refere-se essencialmente a: (i) 90-240 dias - situações em que o pagamento foi contratualmente definido por sistema de Débito Direto e por motivos alheios ao MARL, a entidade credora não procedeu ao débito de documentos pendentes. Após diligências da MARL, a situação foi regularizada em fevereiro de 2017; (ii) >360 dias - corresponde a um serviço não realizado e não autorizado para pagamento.